

CONEMAR S.A.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

CONEMAR S.A.

Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

Demonstrações dos Resultados

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Conemar S.A.
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Conemar S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Conemar S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia incorreu em prejuízo de R\$25 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, nessa data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$10.241. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado nas Notas Explicativas nº 6, 7 e 8 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas. Os resultados dessas operações e transações poderiam ser diferentes caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da **Conemar S.A.**, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Rio de Janeiro - RJ | Av. Graça Aranha 416 / 11º andar - CEP 20030-001 | Tel.: 55 21 2156-5800 - Fax: 55 21 2262-6806 | rj@bkr-lopemachado.com.br

Filiais e Empresas Ligadas

São Paulo - SP | Tel.: 55 11 5041-4610 - Fax: 55 11 5041-4536 | sp@bkr-lopemachado.com.br

Belo Horizonte - MG | Tel.: 55 31 2122 3216 | bh@bkr-lopemachado.com.br

Recife - PE | Tels.: 55 81 3325-6041 / 6040 / 6171 - Fax: 55 81 3325-6041 / 6171 | recife@bkr-lopemachado.com.br

Brasília - DF | Tel.: 55 61 3548-2152 | novosnegocios@bkr-lopemachado.com.br



BKR INTERNATIONAL

www.bkr.com


Américas - Nova York - NY - EUA | Tel.: 1 212 964-2115 - Fax: 1 212 964-2133 | bkr@bkr.com | Contato: Maureen M. Schwartz - Diretora Executiva

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

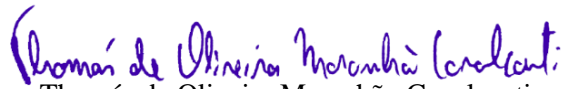
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de março de 2024.

CRC-RJ-2026-O



Eliel Torres da Mota
Contador - CRC-PE-025592/O-0



Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti
Contador - CRC-PE-026437/O-7

CONEMAR S.A

Balancos Patrimoniais
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em Milhares de Reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104	1	Fornecedores	6	10.791	10.807
Impostos a recuperar	5	611	823	Obrigações sociais		71	65
Total do ativo circulante		715	824	Obrigações tributárias		80	58
				Adiantamento de cliente		14	15
				Total do passivo circulante		10.956	10.945
Não circulante				Não circulante			
Depósitos e cauções		-	2	Obrigações tributárias		198	277
				Partes relacionadas	7	1.763	1.781
				Outros Créditos		233	233
				Total do passivo não circulante		2.194	2.291
				Passivo a descoberto	8		
				Capital social		10	10
				Prejuízos acumulados		(12.445)	(12.420)
				Total do passivo a descoberto		(12.435)	(12.410)
Total do Ativo		715	826	Total do Passivo e do Passivo a Descoberto		715	826

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONEMAR S.A

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(em Milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(53)	(9)
Despesas tributárias		(8)	(3)
Perdas diversas		-	(35)
		<u>(61)</u>	<u>(47)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(61)</u>	<u>(47)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		44	-
Despesas financeiras		(8)	(13)
		<u>36</u>	<u>(13)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(25)</u>	<u>(60)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONEMAR S.A

Demonstrações das Mutações do Passivo a Descoberto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em Milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	10	(12.360)	(12.350)
Prejuízo do exercício	-	(60)	(60)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	10	(12.420)	(12.410)
Prejuízo do exercício	-	(25)	(25)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	<u>10</u>	<u>(12.445)</u>	<u>(12.435)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONEMAR S.A

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022
(em Milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(25)	(60)
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	-	35
Impostos a recuperar	212	5
Depósitos e cauções	2	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(16)	(34)
Obrigações sociais	6	(334)
Obrigações tributárias - Passivo circulante e não circulante	(57)	309
Adiantamento de cliente	(1)	(4)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	<u>121</u>	<u>(83)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Créditos oriundos de partes relacionadas	<u>(18)</u>	<u>83</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(18)	83
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>103</u>	<u>-</u>
Varição no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos iniciais de caixa e equivalentes de caixa	1	1
Saldos finais de caixa e equivalentes de caixa	<u>104</u>	<u>1</u>
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>103</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A **CONEMAR S.A.** (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Cabo de Santo Agostinho (PE) e atua como operador logístico, especificamente com transporte de carga geral em contêiner ou não, armazenagem de contêiner e de mercadoria, desenvolvendo projetos logísticos customizados aos seus clientes.

1.1 Continuidade operacional

A Companhia teve uma parada estratégica nos anos de 2021 a 2023. No entanto, durante o período que paralisou as suas atividades, a manutenção foi mantida com recursos dos sócios e a sua Administração tem realizado todo seu planejamento e ações visando à perenidade de seus negócios. Dessa forma, avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações por meio de aportes dos controladores do grupo econômico do qual faz parte. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia. Sendo assim, as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

Durante o período que paralisou as suas atividades, a sua manutenção foi mantida com recursos dos sócios

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Não houve elementos componentes de resultados abrangentes, razão pela qual a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os sócios têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”).

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o Real (R\$), como sua “Moeda Funcional”, sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações contábeis apresentadas em 31 de dezembro de 2023.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.4.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não foram identificadas estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrange o saldo de depósitos bancários e dos investimentos financeiros com vencimento original três meses ou menos, a partir da data de contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

São reconhecidos, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, (valor juros por meio do resultado) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o

resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As demonstrações financeiras apresentadas não contêm nenhuma compensação de instrumentos financeiros.

3.3 Provisões para contingências

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Fornecedores

Reconhecidas pelo valor nominal e acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

3.5 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.6 Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como passivo a descoberto líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos acionistas.

3.7 Reconhecimento da receita

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.8 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis);
- Alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Passivo de Locação em uma operação de *Sale and Leaseback*); e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Banco conta movimento	1	-
Aplicação financeira (a)	103	1
	104	1

- (a) O saldo de aplicação financeira está mantido em títulos de renda fixa (CDB), de liquidez imediata e conversível em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a risco insignificante de mudança de valor.

5. Impostos a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pis a recuperar	89	147
Cofins a recuperar	520	675
Imposto de Renda retido a recuperar	<u>2</u>	<u>1</u>
	<u>611</u>	<u>823</u>

6. Fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros fornecedores	1.264	1.280
Fornecedores - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 7(c))	<u>9.527</u>	<u>9.527</u>
	<u>10.791</u>	<u>10.807</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía operações de “Risco Sacado”, que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira.

7. Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

Durante o exercício de 2023, a Companhia estava sob controle da Sirius Participações Societárias S.A.

b. Operações com pessoal-chave da administração

(i) Empréstimos para diretores

A Empresa não concedeu nem possui empréstimos a diretores em aberto.

(ii) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração aos administradores, conselheiros nem diretores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

c. Outras partes relacionadas

	Composição dos saldos em	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Passivo Circulante		
Fornecedores		
Condomínio Logístico e Industrial Cone Multimodal 1.1	412	412
Cone S.A.	9.079	9.079
Sírius Participações Societárias S.A.	36	36
	<u>9.527</u>	<u>9.527</u>
Passivo não circulante		
Partes relacionadas		
Sírius Participações Societárias S.A.	100	100
MVC Transportes e Logística S.A.	1.243	1.244
Cone Log S.A.	420	437
	<u>1.763</u>	<u>1.781</u>

8. Passivo a descoberto

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, no valor total de R\$10, composto conforme a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>% de participação</u>
Sírius Participações Societárias S.A.	6.000	6	60
Cone Log S.A.	4.000	4	40
	<u>10.000</u>	<u>10</u>	<u>100</u>

9. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Despesa com pessoal	(69)	(5)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(5)	(4)
Outras despesas (receitas) administrativas	21	-
	<u>(53)</u>	<u>(9)</u>

10. Contingências

A Companhia não é parte (polo passivo) em ações judiciais, ambientais, cíveis, tributárias, trabalhistas nem em outros processos administrativos, portanto, não constituiu provisão para perdas prováveis estimadas nem divulgou perdas possíveis.

Decisão sobre “coisa julgada” na área tributária tomada pelo Supremo Tribunal Federal - STF

No dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

A administração da Companhia efetuou um inventário dos processos tributários transitados em julgado para os quais utiliza o benefício de repercussão geral e não identificou situações existentes e que podem ser impactadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

11. Evento subsequente

A Administração da Companhia considerou que não ocorreram eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, entre 31 de dezembro de 2023 até a data da conclusão das referidas demonstrações, que pudesse afetar de forma significativa as referidas demonstrações contábeis.

* * *